

A EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS NO SUL DO BRASIL (1950 A 2020)

GABRIEL ARTUR ROESLER^{1,2}, SAMIRA PERUCHI MORETTO^{2,3}

1 Introdução

A colonização do Sul do Brasil é marcada pela devastação das matas naturais. De acordo com Pádua (2013), apesar de haver uma ocupação territorial limitada, desde o século XVIII havia uma intelectualidade que produzia críticas em relação à devastação ambiental. Conforme o autor, isso ocorre porque, nos territórios onde havia uma densa ocupação, a atividade econômica era altamente destrutiva em relação aos recursos naturais, devido à imagem e à noção de território presentes na nação, ou seja, uma vasta natureza tida como inesgotável e, portanto, passível de ser explorada à vontade.

Pode-se dizer que, por muitos séculos, as florestas brasileiras eram majoritariamente nativas. Conforme Pádua (2013, p. 35), nos meados do século XX houve um aumento na ocupação humana nas áreas florestais, catalisado pela expansão de novas áreas agrícolas, “abertas por ferrovias e de novos projetos de colonização com agricultores familiares vindos da Alemanha, Itália, Japão, etc”. Atualmente, a Mata Atlântica, “que se estendia ao longo do litoral brasileiro desde o Nordeste até a fronteira com o Uruguai” (Leal, 2013, p. 52), possui, por enquanto, apenas cerca de 8,5% de sua cobertura original.

O historiador Paulo Zarth (2015), ao criticar a historiografia dos anos 1950, relacionada à migração e à colonização no Sul do Brasil, indica que os historiadores percebiam a colonização como progresso e caminho para o desenvolvimento. Nesse contexto, os grupos indígenas eram vistos como atrasados e inúteis para o futuro do Brasil. De acordo com a produção desses textos tradicionais dos anos 1950, marcados por uma ideologia de pioneirismo, a classe pioneira que traria o desenvolvimento para a região Sul, e somente ela, eram os agricultores, pois eram eles os responsáveis pela derrubada das florestas — vista como uma forma de conquistar o desconhecido — pela expansão da agricultura e pela criação de povoados.

1 Estudante de Graduação em História, Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, contato: gabriel.roesler@estudante.uffs.edu.br

2 Grupo de Pesquisa: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS

3 Doutora Professora do Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Fronteira Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina, **Orientadora**.

2 Objetivos

O objetivo do presente trabalho é analisar através da vertente da História Ambiental as práticas de plantio de monocultivos em áreas ocupadas anteriormente pela Floresta de Araucária no Sul do Brasil, a partir da década de 1950. Como fontes, busca-se dados de relatórios oficiais, cartografias, iconografia, legislação, entre outros. As mudanças socioambientais potencializadas pela introdução de espécies vegetais exóticas voltadas aos plantios florestais se enquadram na dinâmica de intensa modificação do meio natural, demarcado pelo período do Antropoceno e pela Grande Aceleração. Para o plantio foram escolhidas espécies exóticas, com rápido crescimento na área onde deveriam ser implementadas, dentre estas espécies, foram utilizadas principalmente o *Pinus spp* e *Eucalyptus* nas áreas florestas e a soja na agricultura.

3 Metodologia

A metodologia empregada no presente trabalho utiliza como base teórica a disciplina da História Ambiental, que surge na década de 1970 como um esforço para tornar a história mais inclusiva (Worster, 2003), sendo essencial para compreender questões como a devastação florestal no Sul do Brasil e suas consequências. A História Ambiental representa uma mudança significativa na historiografia, ao considerar a história do ser humano tanto no tempo quanto no espaço (Blackbourn, 2011), em especial as influências do espaço sobre as sociedades humanas, e vice-versa. Ou seja, os historiadores ambientais buscam questionar uma infinidade de temáticas e sua relação com o ser humano, visto que não é possível delimitar ou listar esses temas. Atualmente, a perspectiva da História Ambiental procura abordar certos campos da historiografia de maneira não convencional (Melosi, 2011). Por conseguinte, com base nessa perspectiva, para o desenvolvimento do presente estudo foram levantadas fontes como jornais, localizados na Hemeroteca e em acervos físicos, dados estatísticos, bem como publicações do IBGE e de outros órgãos governamentais.

4 Resultados e Discussão

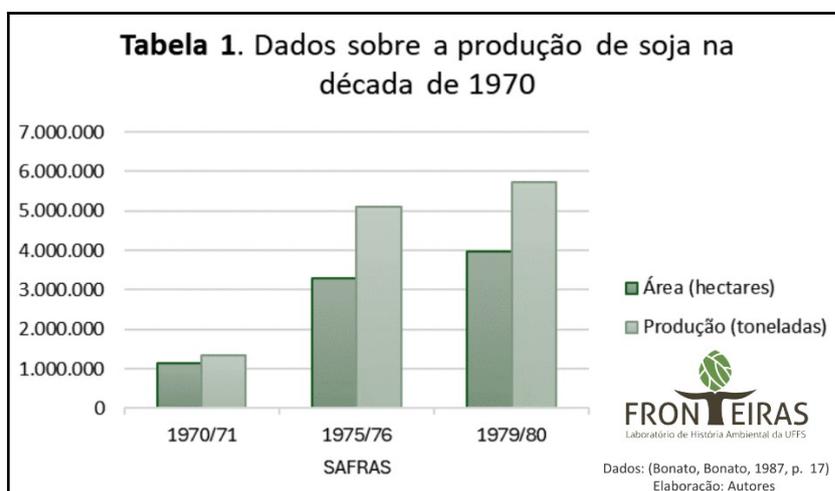
Após a intensa destruição da Mata de Araucárias, para fins comerciais, o desmatamento reduziu o volume madeirável e intensificou atividades econômicas, como a agropecuária e monoculturas de árvores exóticas, causando perdas irreparáveis ao meio

ambiente (Moretto, 2021). Durante o desenvolvimento da pesquisa, após a busca por fontes em diferentes acervos, tanto físicos quanto digitais, além da leitura de diversas bibliografias, foi possível perceber que, a partir da criação do Código Florestal de 1965, múltiplos incentivos fiscais foram implementados para estimular o reflorestamento com fins de exploração econômica.

Com o estabelecimento do Código Florestal de 1965, reforçou-se a ideia de que o meio ambiente era secundário e devia ser sacrificado pelo desenvolvimento econômico (Moretto, 2021). O processo de reflorestamento foi impulsionado principalmente pela Lei n.º 5.106 de 1966, que disponibilizou incentivos fiscais para projetos de reflorestamento, sob a orientação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e teve um impacto significativo na paisagem e na economia da região. No entanto, os incentivos fiscais foram reduzidos em meados da década de 1970, o que afetou aqueles interessados em reflorestar.

Embora as políticas de reflorestamento visassem principalmente a recuperação de áreas desmatadas para a revitalização da atividade silvícola, elas também resultaram na introdução de espécies exóticas, como o *Pinus spp.* e o *Eucalyptus*, em outras regiões do Sul do Brasil, que se adaptaram rapidamente ao ambiente e certamente modificaram a paisagem de diversos territórios. O rápido crescimento dessas espécies tornou-as atrativas para projetos de reflorestamento, pois permitiam um retorno econômico em um curto período.

Além das florestas plantadas, houve também a introdução de monocultivos de grãos. A soja chegou à região Sul por volta de 1914, no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Santa Rosa, na região das Missões. Os primeiros dados de produção dessa leguminosa surgiram em 1941, e, na década de 1960, sua produção já era expressiva. A partir de 1970, conforme a Tabela 1, os números de produção e ocupação territorial “explodiram” (Bonato; Bonato, 1987).



A década de 1970 é um período essencial na história do Sul do Brasil para o entendimento da situação das florestas nativas do território e para a expansão das monoculturas. A partir desse período, em meio à ditadura civil-militar e sob as influências da Revolução Verde, haverá, por exemplo, a explosão da produção de soja, uma das principais commodities atuais, que ocupará áreas de florestas nativas e substituirá territórios anteriormente destinados a projetos de reflorestamento.

5 Conclusão

A substituição das florestas heterogêneas, compostas por uma diversidade de espécies, por florestas homogêneas de espécies exóticas modificou drasticamente a paisagem natural e reduziu a resiliência dos ecossistemas. Os dados e as notícias localizadas durante o desenvolvimento da pesquisa demonstraram que o desmatamento desenfreado e a falta de políticas eficazes de conservação resultaram em um cenário crítico para as florestas nativas do Sul do Brasil na década de 1970. As previsões do período sobre a extinção das florestas nativas em curto prazo destacaram a urgência do reflorestamento. No entanto, a solução adotada focou principalmente na manutenção da atividade econômica, sem considerar a importância ecológica de restaurar as florestas nativas da região.

Além disso, aliado ao desmatamento e à política de reflorestamento produtivista, voltada para salvar a silvicultura, houve o início de uma ascensão na produção de soja, junto com políticas que fomentaram o surgimento de um gigante complexo agroindustrial brasileiro, o que também intensificou a destruição ecológica do país, com a invasão de florestas para abrir espaço à produção de monoculturas. Além disso, a expansão da agroindústria, especialmente da soja, ocupou territórios anteriormente cobertos por florestas nativas e projetos de reflorestamento, exacerbando ainda mais a perda de biodiversidade.

Referências Bibliográficas

BLACKBOURN, David. História Ambiental e Outras Histórias. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof (ed.). **O Futuro da História Ambiental**: necessidades e oportunidades. 3. ed. Munique: Climatepartner, 2011. Cap. 5. p. 25-27.

BONATO, Emídio Rizzo; BONATO, Ana Lidia Variani. **A soja no Brasil**: história e estatística. Londrina: Embrapa-Cnpso, 1987, p. 17.

LEAL, Claudia. Fronteiras Florestais. In: LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John (ed.). **Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe**. 7. ed. Munique: Climatepartner, 2013. Cap. 7. p. 51-57.

MELOSI, Martin. Integrando a História Ambiental. In: COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof (ed.). **O Futuro da História Ambiental: necessidades e oportunidades**. 3. ed. Munique: Climatepartner, 2011. Cap. 9. p.39 -41.

MORETTO, Samira Peruchi. O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 26, p. 239–257, 2021.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e território na construção do Brasil. In: LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI, John (ed.). **Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe**. 7. ed. Munique: Climatepartner, 2013. Cap. 5. p. 33-37.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZARTH, Paulo Afonso. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. **História da Fronteira Sul**. 5ª ed. Chapecó: UFFS Editora, 2015. cap 1, p 9-24. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/pefix/734>.

Palavras-chave: História Ambiental; Transformação Ambiental; Monoculturas.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2023 - 0046

Financiamento: CNPq